



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030167 GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL	C.H: 60 horas	Turma: T01
Unidade:	ESAN - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS		
Professor(es):	Geraldino Carneiro de Araujo, Denise Barros de Azevedo		
Curso(s):	[20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional		

1.Ementa :

Análise dos impactos das ações empresariais sobre indivíduos, ambientes e sociedades. Sustentabilidade, capital e responsabilidade social. Gestão social: impactos e conflitos. Análise das políticas ambientais: perspectiva histórica, filosófica e social. Planejamento, implementação e gestão ambiental. Indicadores de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

2.Conteúdo Programático :

A disciplina Gestão Social e Ambiental está organizada conforme o seguinte conteúdo programático: - Desenvolvimento sustentável como novo paradigma: evolução e suas relações com o ser humano e a sociedade; - Gestão ambiental; - Governança ambiental e política ambiental; - Instrumentos legais de gestão ambiental e gestão social; - Políticas ambientais: perspectivas histórica, filosófica e social; - Ações sustentáveis em empresas e ações governamentais sustentáveis; - Gestão Social; - Indicadores de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

3.Objetivos :

Entender o desenvolvimento sustentável como elemento relevante na Administração; conhecer os instrumentos legais de gestão ambiental e social, as políticas ambientais; discutir ações sustentáveis nas organizações públicas e privadas e compreender a gestão social e ambiental. Compreender as transformações envolvendo a evolução da gestão social e ambiental e suas implicações na gestão pública.

4.Avaliação :

Será exigida dos alunos a leitura prévia da bibliografia obrigatória, discussão em sala de aula e seminários, e uma avaliação final, conforme segue: 1. Participação nas aulas, discussões e seminários; 2. Atividades extras ao longo do semestre; 3. Avaliação final do conteúdo da disciplina. A média de aproveitamento será calculada a partir média das notas de cada item. A avaliação das disciplinas e outras atividades expressam os níveis de desempenho do aluno, de acordo com os seguintes conceitos: A – Excelente (9,0-10,0) com direito a créditos; B – Bom (8,0-8,9) com direito a créditos; C – Regular (7,0-7,9) com direito a créditos; D – Deficiente (< 7,0) sem direito a créditos.

5.Metodologia :

A disciplina será ministrada em 15 sessões de aulas expositivas, participativas e para apresentação dos seminários e realização de atividades, totalizando 60 horas de aula. As aulas expositivas serão seguidas de discussões sobre o conteúdo apresentado/proposto para cada sessão. As aulas expositivas contarão com uma bibliografia (obrigatória e complementar). Será exigida dos alunos a leitura prévia da bibliografia obrigatória, e de apresentação e discussão dessa leitura. Serão utilizadas as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o Google Docs, Google Meet e YouTube.

6.Bibliografia :

Bibliografia Básica ALMEIDA, Vasco. Estado, mercado e terceiro setor: a redefinição das regras do jogo. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra/PT, n. 95, p. 85-104, 2011. ALVES, B. J. R. et al. Mitigação de gases de efeito estufa pelo uso de etanol da cana de açúcar produzido no Brasil. Seropédica: EMPRAPA, 2009. 14 p. ANDRADE, J.C.; DIAS, C.C. Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. Editora Uesc, 2003. 351p ANDREOZZI, Sylvio Luiz. Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas: uma abordagem pelos caminhos da sustentabilidade sistêmica. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, São Paulo, 2005. BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. Editora Saraiva. 2004. BOMFIM, Alexandre Maia do et al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2013. BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. BRITO, Luiza T. de L. et al. Influência das atividades antrópicas na qualidade das águas da bacia hidrográfica do Rio Salitre. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola Ambiental,



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030167 GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL	C.H: 60 horas	Turma: T01
--------------------	--	----------------------	-------------------

Campina Grande, v. 9, n. 4, dez. 2005. BURATTO, Angelo Luiz. Indicadores de desempenho socioambiental: escutando a Administração Pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. CANÇADO, Ailton C., PEREIRA, José R., TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba-PR: Ed. CRV, 2013. CASTRO, Jessica et al. Licitações públicas sustentáveis: um estudo em um ministério do Brasil. Revista Ambiente Contábil, v. 2, fasc. 6, p. 86, 2013. CRUZ, S. S.; SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da. Planejamento de Políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento sustentável: um Estudo de Caso no Município de Urubici/SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO (COBRAC), 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: COBRAC, 2006. EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Lawrence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, D. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais, v. 1. São Paulo: Atlas, 1998. Capítulo 14, p. 363-399. ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. Revitalização da governança ambiental global: um enfoque baseado em funções. In: ESTY, D.; INAVONA, M. H. (Orgs.). Governança ambiental global: opções e oportunidades. São Paulo: Senac, 2005. PP.207-232. GAO, S.; ZHANG, J. Stakeholder engagement, social auditing and corporate sustainability. Business Process Management Journal, Bradford, v. 12, n. 6, p. 722-740, 2006. GEMMILL, B.; BAMIDELE-IZU, A. O papel da ONG e da sociedade civil na governança ambiental global. In: ESTY, D.; INAVONA, M. H. (Ed.). Governança ambiental global: opções e oportunidades. São Paulo: Senac, 2005. pp.89-114. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.416p. HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Global sustainability and the creative destruction of industries. Sloan management review, 41, 1, 23-33, 1999 LAZZARINI, M.; GUNN, L. Produção e Consumo Sustentáveis. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos. pp.413-450. 2002. LIAN, K.K.,ROBINSON, N.A. Governança ambiental regional: exame do modelo da Associação das Nações do Sudeste Asiático. In: ESTY, D.; INAVONA, M. H. (Orgs.). Governança ambiental global: opções e oportunidades. São Paulo: Senac, 2005. pp.115-138. LUSTOSA, M. M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente: teoria e prática. In: LUSTOSA, M. C. J.; CANEPA, E. M.; YOUNG, C. E. F. Política ambiental, p.135-154. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.318p. MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. MARTINS, Giorgia Sena. Norma Ambiental: complexidade e concretização. 2013. 317 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis, 2013. MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. Environment impact assesment review, 18, 493-520, 1998. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS (Brasil). [2014]. Ações e Programas Sociais do governo federal. 2014. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). A3P Agenda Ambiental na Administração Pública: um novo modelo de gestão pública. Brasília, DF: MMA, 2010. MOISANDER, Johanna. PESONEN, Sinikka. Narratives of sustainable ways of living: constructing the self and the other as a green consumer. Management decision; 2002; 40; 4; pg 329. NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; LEMOS, Â. D. C.; MELLO, M. C. A. de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008. v. 1. NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; LEMOS, Â. D. C.; MELLO, M. C. A. de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008. v. 1. OLIVEIRA FILHO, Miguel Lopes de. A auditoria ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. In: OLIVEIRA, G.B.; SOUZA-LIMA, J.E. O Desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar. Pg.15-30. REIS, Kleiber Gomes. O direito de conhecer o direito: elementos de uma educação libertária para a cidadania participativa. 2011. 246 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2011. RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, dez. 2004. SACKS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95p. SCHENINI, P. C.; CASARIN, V. W. Educação ambiental no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas mais responsáveis. Revista Angrad, Salvador, v. 4, n. 1, p. 98-108, jan./mar. 2003. SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da; CARDOSO, A. C. F. Estratégias de Enfrentamento dos Desafios Sócio-Ambientais: gestão de resíduos sólidos urbanos e regularização dos catadores informais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA EnAPG/ANPAD, São Paulo. Anais... São Paulo: EnAPG 2006. SCHENINI, P. C.; SILVA, P. FLACH L.; PEREIRA M. F. Educação ambiental no ensino formal como ferramenta de inclusão social: um estudo de caso em uma instituição do primeiro grau. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL (ABES), 5., 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUC-RS, 2006. SCHENINI, Pedro Carlos; HELOU FILHO, Esperidião Amin; CARDOSO, André Coimbra Felix. Ações de Sustentabilidade na Gestão Pública. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG), 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. SHRIVASTAVA, P. Environmental technologies and competitive advantage. Strategic Management Journal (1986-1998); Summer 1995; 16, SPECIAL ISSUE; ABI/INFORM Global 183 -200 p SILVA, F.A.; SCHENINI, P.C.; VIEIRA L.C.; PEREIRA M.F. A gestão ambiental em uma obra rodoviária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL (ABES), 5., 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUC-RS, 2006. SILVA, Karin Vieira da. Gestão Social e participação nas decisões:



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina: 202030167 GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

C.H: 60 horas

Turma: T01

estudos de caso em cooperativas catarinenses. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. SOUZA, José Henrique et al. Desenvolvimento de indicadores síntese para o desempenho ambiental. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2009. WELP, M. et al. Science-based stakeholder dialogues in climate change research. In: STOLL-KLEEMANN, S.; WELP, M. (Eds.). Stakeholders dialogues in natural resources management. Heidelberg: Springer-Verlag, 2006. Bibliografia Complementar AGENDA 21. <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em 10 de março de 2015. ALLEGRETTI, Gabriela. Integração das dimensões social, ambiental e econômica na terminação de suínos: construção de indicadores de desempenho e validação em um município do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. ALMEIDA, Josimar Ribeiro. Normalização, certificação e auditoria ambiental. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2008.590p ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental, especificação e diretrizes para uso. 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 19011: diretrizes para auditorias de sistema de gestão de qualidade e/ou ambiental. Rio de Janeiro, 2002. BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudanças da agenda 21. São Paulo: Vozes, 1997. Capítulo 35 – Ciência para o desenvolvimento sustentável, p.145-146; Desenvolvimento sustentável, p.23-46. A agenda/programa 21 e a ISO 14000, p.61-83 BRASIL. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010: regulamentação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. 2010. BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605/1998 e dá outras providências. 2010. BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. [Código Florestal]. BRASIL. Lei n. 6.803, de 2 de julho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. 1980. BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. [Código de Águas]. BRASIL. Lei n. 9.605, de 2 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. 1998 BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação brasileira sobre meio ambiente. 3. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação brasileira sobre meio ambiente. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010, 574 p. CONSELHO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Biodiversidade e serviços ecossistêmicos: a experiência das empresas brasileiras. 2013. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA (Brasil). Resolução CONAMA n. 001, 23 de janeiro de 1986, [Poluição e impactos antropogênicos, 1986. COSTA, Roberta Maria; SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação do desempenho ambiental de obras de recuperação de rodovias. Rem: Revista Escola de Minas, Ouro Preto, v. 63, n. 2, jun. 2010. FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2000. JACOBI, Pedro Roberto et al. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, abr. 2011. KULKARNI, S. P. Environmental ethics and information asymmetry among organizational stakeholders. Journal of Business Ethics, Dordrecht, v. 27, p. 215-228, 2000. MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira; VELASCO, Fermin de La Caridad Garcia; AMIM, Valéria. O encontro da política nacional da educação ambiental com a política nacional do idoso. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2006. MCKINSEY & COMPANY. Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil. New York, 2009 MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, DF: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA (Brasil). Licenciamento ambiental. [2014]. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Agenda 21. [2012]. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Documentos referenciais. [2014]. MONZONI et.al. Políticas públicas municipais em mudanças climáticas e sustentabilidade empresarial. In: IX Engema - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial E Meio Ambiente. Curitiba, 2007. NASCIMENTO, Daniel Trento do. AGENDA 21 Análise do processo de implantação da Agenda 21 Local no município de Florianópolis. 2003. 322 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, 2003. PAULA, Ana PAULA Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 1, mar. 2005. RONCATO, Bruna Silveira. Novos contornos do poder político: o déficit participativo na governança global e o contraponto da emergente sociedade civil. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. RUIZ, Luiz Eduardo Caroci; LIMA, Gilson Brito Alves de. Gestão ambiental no processo automotivo: estudo de caso numa montadora. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 13., 2006, Bauru, São Paulo. Anais... Bauru: XIII SIMPEP, 2006. SARMENTO, A. Social carbon: adding value to sustainable development. Editora Peiropolis. Instituto Ecologica.159p. TACHIZANA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focados na realidade brasileira. Editora Atlas. São Paulo. 2002. TODD, Anne Marie. The aesthetic turn in green marketing : environmental consumer ethics of natural personal care products. Ethics & the environment, 9 (2), 86-102, fall 2004. VOESE, Simone. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. ConTexto: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31, 2011.

Aprovado em